

LICITAÇÃO PÚBLICA

PROCESSO N.º 041/2019

MODALIDADE: CONVITE N.º 010/2019

A Prefeitura Municipal de Tamandaré, vem convidá-lo a participar da Licitação Pública, ilustrada sob a modalidade **CONVITE**, que tomou o n.º 010/2019, regime de execução (empreitada por preço unitário), Tipo de Licitação (**MENOR PREÇO**), para contratação de empresas para fornecimento de indumentários e acessórios, para as bandas maciais e fanfarras do município. O recebimento e início da abertura dos envelopes através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, instituída pela Portaria n.º 001/2019, dar-se-á em seção a realizar-se na sala da CPL, desta Prefeitura, no **dia 06 de agosto 2019, às 12:00**, na Av. José Bezerra Sobrinho, s/n, Centro, Tamandaré – PE (Sede da Prefeitura). A presente licitação reger-se-á pelo pergaminho Legal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

1.0 - DO OBJETO:

O objeto da presente licitação é a contratação de empresas para fornecimento de indumentários e acessórios, para as bandas maciais e fanfarras do município, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, conforme Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste Convite.

2.0 - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Os recursos financeiros para custear o valor da presente despesa, são provenientes da seguinte Dotação Orçamentária:

02.05 - Secretaria de Educação. 1236818802.230 – Manutenção da Educação Básica;
33903000 – Material de Consumo.

3.0 - DA HABILITAÇÃO:

3.1 - No dia, hora e local explicado no preâmbulo deste Convite, as proponentes deverão apresentar envelope lacrado, contendo os documentos de habilitação, tendo na sua parte frontal os seguintes dizeres:

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 041/2019
CONVITE N.º 010/2019
NOME DA EMPRESA: _____
C.N.P.J/M.F. N.º _____
ENVELOPE N.º 01 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

3.2 - Documentação Relativa à Habilitação Jurídica:

3.2.1 - Cédula de identidade do licitante ou do representante da empresa;

3.2.2 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

3.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

3.2.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

3.2.5 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.3 - Documentação Relativa à Regularidade Fiscal:

3.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

3.3.2 - Prova de regularidade para com a fazenda Federal;

3.3.3 - Prova de regularidade para com a fazenda Estadual;

3.3.4 - Prova de regularidade para com a fazenda Municipal;

3.3.5- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

3.3.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

3.3.7 - Declaração de ciência e concordância com termos do edital;

3.3.8 - Declaração de inexistência de fatos impeditivos supervenientes;

3.3.9 - Declaração de que não emprega menores.

4.0 - DA PROPOSTA DE PREÇO:

4.1 – As proponentes deverão apresentar envelope lacrado, tendo no frontispício os seguintes dizeres:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2019

CONVITE Nº 010/2019

NOME DA EMPRESA: _____

C.N.P.J/M.F. Nº _____

ENVELOPE Nº 02 (PROPOSTA DE PREÇOS)

4.2 - Deverão constar na proposta de preços as seguintes informações:

4.2.1 - Validade da Proposta: nunca inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura dos envelopes;

4.2.2 - Prazo de Execução: até 31 de dezembro de 2019.

4.3 - As propostas deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital, NÃO sendo consideradas aquelas que apresentarem especificações diferentes ou que fizerem referência à proposta de outros concorrentes, devendo cotar os preços de acordo com as unidades e quantidades solicitadas, em até centavos de real.

4.4. - **As propostas deverão ser apresentadas e redigidas em papel timbrado da empresa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos e entrelinhas, datadas, numeradas, assinadas e rubricadas em todas as suas folhas e anexo, pelo seu responsável ou seu representante legal.**

- 4.5 - As propostas deverão ser entregues no local indicado até o dia e hora fixada para entrega dos envelopes, em envelope opaco e lacrado, contendo:
- 4.5.1 - Razão Social da Firma;
 - 4.5.2 - Descrição detalhada de cada item, contendo marca e modelo;
 - 4.5.3 - Endereço Completo da Firma;
 - 4.5.4 - Indicação do Número do Convite;
 - 4.5.5 - Denominação do Envelope (Envelope 02 – proposta).
- 4.6 - A proposta deverá ser apresentada com “PREÇO UNITÁRIO DE CADA ITEM E GLOBAL DOS VESTUÁRIOS E ACESSÓRIOS”, devendo já estar inclusos os impostos, taxas, fretes, seguros e outros.
- 4.7 - Não serão levados em consideração os itens das propostas que:
- 4.7.1 - Cotarem preços em moedas estrangeiras;
 - 4.7.2 - Cotarem milésimo de real.
- 4.8 - Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas.
- 4.9 - O preço proposto compreenderá o fornecimento no local indicado, nas condições estipuladas, não sendo lícita a cobrança de quaisquer despesas posterior.
- 4.10 - A não observância de quaisquer dos itens acima, acarretará na desclassificação da proposta em seu todo, ou em parte dela.**
- 4.11 - Os envelopes – propostas das empresas inabilitadas serão devolvidas de acordo com a legislação vigente.

5.0 – DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1 – Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterado pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte, terão tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, observando as seguintes regras:

5.1.1 – A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

5.1.2 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

5.1.3 – Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento constado em Ata de Sessão de Habilitação, prorrogável por igual período, **a critério da Administração pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.1.4 – A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº.147/14, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

5.1.5 – O prazo para regularização de documentos de que trata o § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº.147/14, não se aplica aos documentos relativos à Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica e Econômica – Financeira.

5.1.6 – Na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

5.1.7 – Nesta modalidade (Convite) o intervalo percentual estabelecido no § 1º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 será de 10% (dez por cento) superior ao melhor preço.

5.1.8 – Para efeito do disposto no subitem anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

5.1.8.1 – A microempresa ou empresas de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

5.1.9 – Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do art. 45 da lei Complementar nº 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

5.1.10 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos § 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.1.11 – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do art.45 da Lei Complementar nº123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.1.12 – O disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 123/06, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.0 – DO JULGAMENTO:

6.1 - O julgamento da licitação será **decidido** em favor da licitante que oferecer o **Menor Preço Por Item**;

6.2 - Ocorrendo empate entre duas ou mais **PROPOSTAS**, o desempate que indicará a licitante vencedora será por sorteio realizado em ato público para qual serão convidados todos os licitantes;

6.3 - Não serão levadas em consideração quaisquer propostas remetidas por e-mail ou fax, ou ainda entregues pela licitante após data e horário designado no preâmbulo deste Edital;

6.4 - Não serão aceitos documentos ou propostas ilegíveis, no todo ou em parte, ou que contenha emendas, rasuras ou entrelinhas, ressalvas, omissões ou correções, ou cujo conteúdo seja insuficiente ou contraditório;

6.5 - Serão considerados corretos os valores *grafados por extenso* quando houver divergências em relação aos valores *grafados em algarismos*;

6.6 - Os casos omissos serão resolvidos pela **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**.

7.0 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

7.1- Após a análise procedida pela Comissão de Licitação e cumprido o prazo legal estabelecido na Lei 8.666/93, o Presidente da Comissão de Licitação encaminhará o Processo com a indicação da empresa vencedora para a devida Homologação do Sr. Prefeito do Município de Tamandaré e adjudicação em favor da empresa que apresentar a proposta mais vantajosa para a administração;

8.0 - DO CONTRATO:

8.1 - O contrato será formalizado em conformidade com o previsto no art. 60 e seguintes, da Lei nº 8.666/93, podendo ser aditado e alterado a critério da Administração, desde que seja em conformidade com o estabelecido nos arts. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93;

8.2 - Após a adjudicação, será informada a vencedora do presente certame que deverá comparecer à Prefeitura para assinatura do correspondente contrato no prazo de 05 (cinco) dias;

8.3 - Caso a empresa convidada não compareça no prazo estipulado, poderá a LICITADORA convidar a empresa remanescente por ordem de classificação, condicionando a aceitação pela mesma, das condições e termos de que seria feito com a empresa desistente.

9.0 - DOS RECURSOS:

9.1 - O recurso interposto obedecerá ao disposto no art. 109 e serão dirigidos à Prefeitura de Tamandaré, por escrito, através da Comissão Permanente de Licitação, devendo os licitantes, para fins do parágrafo 3º do art. 109, da Lei n.º 8.666 de 21/06/93, comunicar qualquer alteração de seu endereço sob pena de ser considerado deserto;

9.2 - O licitante que interpor recurso via fax, deve encaminhar o original no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da interposição.

10.0 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

10.1 - Os serviços constantes do objeto serão entregues conforme Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Convite nº 010/2019, que faz parte integrante deste, independente de transcrição, em conformidade com o art. 73, I da Lei 8.666/93.

11.0 - DAS SANÇÕES:

11.1 - O atraso injustificado na execução parcial ou total do cumprimento do presente edital sujeitará a licitante contratada à multa igual a 0.4% (quatro décimos por cento), do valor correspondente a parcela da execução ajustada, por dia que excedeu o prazo estabelecido, até o máximo de 10% (dez por cento), independente das demais sanções dos arts. , 86 e 87, da Lei n.º 8.666/93.

11.1.1 - A cobrança da multa será computada desde o 1º dia de atraso.

11.2 - Quaisquer outras infrações ao presente Edital, sujeitará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato sem prejuízo das demais sanções dos arts., 86 e 87, da Lei n.º 8.666/93.

11.3 - As multas serão cobradas mediante compensações quando do pagamento da primeira e ou única fatura imediatamente posterior a sua aplicação.

11.4 - Na hipótese das importâncias aludidas serem insuficientes para satisfazerem o pagamento da multa, obriga-se a licitante a pagar a diferença em 10 (dez) dias, contado do recebimento da notificação, findo o qual será cobrado mediante processo de execução, a cujo principal será:

11.4.1- Juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, contados da citação;

11.4.2 - Atualização financeira pela TR "PRO-RATA" dia útil contado da citação;

11.4.3 - Custos e despesas processuais mais honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;

11.5 - No caso de reincidência as multas serão cobradas em dobro.

12.0 - DO PAGAMENTO:

12.1 - O pagamento será feito de forma parcelada, em até 03 (três) parcelas sucessivas, no decorrer do adimplemento da obrigação, considerando-se sempre o preço unitário e/ou global por item, de acordo com a proposta de preços da Licitante, após a entrega do objeto e da Nota Fiscal devidamente atestada, por responsável indicado pela Prefeitura de Tamandaré.

12.2 - A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva ordem bancária.

12.3 - Sobre a nota fiscal/fatura incidirão os tributos legalmente instruídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas.

13.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1 - A Administração poderá alterar para menor ou maior a quantidade de dias a serem contratados, diminuindo ou aumentando o valor global do contrato, nos limites do art. 65 da Lei nº 8.666 de 21.06.93.

13.2 - Ficará a cargo da Prefeitura de Tamandaré a fiscalização do fiel cumprimento deste contrato.

13.3 - O presente *CONVITE* não é exaustivo, sendo regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e subsidiariamente pelas normas de Direito Civil.

13.4 - A presente LICITAÇÃO será integralmente processada no âmbito interno da PREFEITURA DE TAMANDARÉ, pela Comissão Permanente de Licitação.

14.0 - DOS ANEXOS:

14.1 - Integram o presente Edital do Convite:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO;

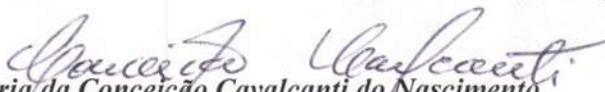
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

15.0 - DO FORO:

15.1 - O Foro eleito para resolver eventuais questões, referentes aos termos do contrato decorrente deste Edital, será o da Comarca de Tamandaré Estado de Pernambuco.

Tamandaré/PE, 25 de julho de 2019.


Maria da Conceição Cavalcanti do Nascimento
Secretária de Educação

ANEXO I

Processo Licitatório nº. 041/2019
Carta Convite nº 010/2019

1. OBJETO:

Contratação de empresas para fornecimento de indumentários e acessórios, para as bandas maciais e fanfarras do município, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Tamandaré.

1.1 Os materiais e suas quantidades foram levantados pela Secretaria de Educação, baseado nas necessidades de cada escola municipal conforme tabela abaixo:

ITEM	ESCOLA	MATERIAL	QUANT.
1	Rinaldo Silva de Oliveira	Uniforme (túnica, calça, barretina, cinto, sapato)	40
2	Amália Macário de Freitas Ferreira	Uniforme (túnica, calça, barretina, cinto, sapato)	50
3	Almirante Tamandaré	Uniforme (túnica, calça, barretina, cinto, sapato)	55
4	Luiz Bezerra de Melo	Uniforme (túnica, calça, barretina, cinto, sapato)	50

ITEM	MATERIAL	QUANT.
1	Uniforme para pelotão cívico (kepe, túnica, duro, calça e sapato)	48
2	Bota cano longo para corpo coreógrafo (mor, baliza e balizador)	52

2. DOS MATERIAIS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.
01	TUNICAS PARA CORPO MUSICAL SOB MEDIDA - túnica confeccionada em tecido GABARDINE SATIN PESADO 100% poliéster tinto com boa gramatura, tendo esta 85 cm de comprimento frente e costas, sendo laterais em tecido sobreposto nas cores da corporação, e meio base branco, colocado entre essas cores aplicação do gabardine de acordo com modelo da instituição, tendo como acabamento fita ouro 55% metalizado 25% poliéster e 20% algodão de 10 mm em formato de trança detalhada. No centro da túnica sobre a cor branca será aplicada galão metalizado aveludado com 10mm em formato decrescente nas mediações aplicação manual de botões dourado de latão 14 mm. A túnica terá abertura frontal com velcron de 25 mm macho e fêmea na cor branca tendo esse 45 cm de comprimento, as magas será trabalhada na cor do modelo desejado, tendo em sua extremidade nas mediações dos ombros bordado em alto relevo com linha ouro velho com as iniciais do nome da corporação e uma ramagem de folhas no contorno das letras conforme modelo. O punho terá uma aplicação de gabardine em cores da instituição com 20 cm que será trabalhado com uma 4 aplicações do galão (liga) OURO com	UNID	195

	largura de 30mm sendo ele 50% metalizado, 26% algodão e 24% viscose, tendo no centro do galão aplicação de fita dourada lídio com 3mm. Nos ombros dragonas revestidas com emborrachado de boa qualidade, nas mediações externa será aplicado franja de 15cm na cor branca sendo essa confeccionada em 96% viscose e 4% poliéster para ter um bom caimento, aplicado como acabamento da franja fita ouro 55% metalizado 25% poliéster e 20% algodão de 10 mm em formato de trança detalhada. A costa terá como base a cor predominante vermelha com recorte central esse rebatido em linha da mesma tonalidade, na parte de cima bordado com nome da corporação em ponto cheio, na parte de baixo terá uma abertura com 40 cm, sobre essa abertura será aplicado um detalhe branco formato de pirâmide nas extremidades contorno azul roial sobre esses acabamento com fita ouro 55% metalizado 25% poliéster e 20% algodão de 10 mm em formato de trança detalhada.		
02	CALÇA PARA CORPO MUSICAL E SOB MEDIDA Confeccionado em tecido tecido GABARDINE SATIN PESADO 100% poliéster cor azul royal com boa gramatura, na lateral aplicação de faixa cor branca com 8 cm cada, sobreposta sobre esta galão (liga) OURO com largura de 30mm sendo ele 50% metalizado, 26% algodão e 24% viscose, tendo no centro do galão aplicação de fita dourada lídio com 3mm. Na cintura elástico 35 mm, rebatido em costura com 4 agulhas para melhor conforto. Abanhado tendo 3 cm cada com parte interior overlocada com fio sendo 100% poliéster texturizado.	UNID	195
03	BARRETINA PARA CORPO MUSICAL SOB MEDIDA. - Barretina confeccionado em PVC revestido de napa alto brilho tipo verniz nas cores da corporação, tendo 15cm altura frente e 14cm costas, teto estufado espuma tipo ortopédica 2cm revestido em napa de boa qualidade, sobreposto sobre o teto um suporte de metal tipo bijuteria 5cm feita com camadas caminho sem fim na cor ouro velho como suporte para um penacho com penas 20cm de altura. Na frente trança de cordões ceda para melhor visual, sobrepõe nas laterais botões de metal 14 mm. Na frente brasão oficial da corporação com bordado em ponto cheio com fios dourados e cores da instituição no tamanho 9x10 cm.	UNID	195
04	CINTO CORPO MUSICAL E PELOTÃO CÍVICO E CORPO COREOGRAFICO. – Confeccionado em couro sintético revestido em entretela nº 100, com velcon ajustável e fivela fêmea e macho para encaixe.	UNID	195
05	SAPATO PARTA CORPO MUSICAL: Sapato social masculino, confeccionado em material de boa qualidade, cor preta, com cadarço, material do solado em borracha com antiderrapante, tamanhos fornecidos por instituição.	UNID	195
06	CONJUNTO UNIFORMES PARA PELOTÃO CÍVICO SOB MEDIDA COMPOSTO DE KEPE, TÚNICA DRUN, CALÇA E SAPATO EM PVC.. túnica confeccionada em tecido GABARDINE poliéster tinto com boa gramatura, tendo esta 85 cm de comprimento frente e costas, sendo laterais vermelho, e meio base branco, sobreposto entre essas cores aplicação do gabardine azul roial em formato de ondas, tendo como acabamento fita ouro 55% metalizado 25% poliéster e 20% algodão de 10 mm em formato de trança detalhada. - KEPE confeccionado em PVC	CONJ	48

	revestido de napa alto brilho tipo verniz nas cores da corporação, tendo 15cm altura frente e 14cm costas, teto estufado espuma tipo ortopédica 2cm revestido em napa de boa qualidade, sobreposto sobre o teto um suporte de metal tipo bijuteria 5cm feita com camadas caminho sem fim na cor ouro velho como suporte para um penacho com penas 20cm de altura. Na frente trança de cordões ceda para melhor visual, sobrepõe nas laterais botões de metal 14 mm. Na frente brasão oficial da corporação com bordado em ponto cheio com fios dourados e cores da instituição no tamanho 9x10 cm. CALÇA MARCIAL Confeccionada em tecido gabardine liso com elástico 35 cm sobreposto na cintura. SAPATO EM PVC expandido com solado de borracha reforçado na cor preta.		
07	BOTA CANO LONGO PARA CORPO COREOGRAFICO, MOR, BALIZA E BALIZADOR.. Confeccionada em couro , na lateral zipper reforçado 40 cm, na frente aplicação de ilhós com cadarço longo, solado em P.U, salto ¾ .	UNID	52

3. DA JUSTIFICATIVA:

Para atender a demanda de uniformes para as Bandas Marciais e Fanfarras das Escolas da Rede Municipal de Ensino, se faz necessário a compra destes indumentos e acessórios, a serem utilizados pelos alunos para apresentações em datas comemorativas e oficiais, que fazem parte da cultura e calendário Nacional e Municipal, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Tamandaré.

4. PAGAMENTO E PRAZO:

O pagamento será feito de forma parcelada, em até 03 (três) parcelas sucessivas, contados do adimplemento da obrigação efetivamente executada pela contratada, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelas Secretarias Demandantes.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Executar o fornecimento em conformidade com o presente Termo de Referência, cumprindo rigorosamente o que estabelece o item 2;

Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei Nº 8.666/93.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Fiscalizar a execução do fornecimento, conferindo a qualidade e especificações dos materiais e efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste termo de referência.

ANEXO II

CONTRATO N.º /2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMANDARÉ ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E, DO OUTRO LADO,, NA FORMA ABAIXO ADUZIDA:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMANDARÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 30.248.954/0001-89, com sede na Avenida José Bezerra Sobrinho, S/N, nesta Cidade, designada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representada pela Exma. Sra. Secretária Municipal, de Educação, Maria da Conceição Cavalcanti do Nascimento, brasileira, casada, portadora do CPF: 999.695.644-04, RG: 1.045.784-SDS/PE, residente e domiciliado nesta Cidade, doravante denominado CONTRATANTE e, e do outro lado,, estabelecido a, inscrita no CNPJ/MF – sob o n.º, neste ato representada pelo (a) seu (a) sócio (a), Sr. (a), inscrito (a) no CPF/MF sob o n.º, portador (a) da Cédula de Identidade n.º, residente e domiciliado a, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado o presente Contrato de Fornecimento, o qual reger-se-á pela legislação Publicista de Direito Administrativo, incindível à espécie, Lei n.º 8.666, com suas alterações posteriores e, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresas para fornecimento de indumentários e acessórios, para as bandas maciais e fanfarras do município, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Tamandaré, conforme condições estabelecidas no Termo de referência – Anexo I, do Convite nº 010/2019 e na proposta de preços da CONTRATADA, que fazem parte integrante deste CONTRATO independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO

A **CONTRATANTE** firma o presente contrato, respaldada no processo licitatório n.º 041/2019 na modalidade Convite N.º 010/2019, devidamente homologado pelo Exmo. Sr. Prefeito do Município de Tamandaré.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

O preço total do objeto aludido, na cláusula primeira deste contrato, foi fixado em R\$ (.....).

PARÁGRAFO ÚNICO – Os recursos financeiros para custear o valor da presente despesa, são provenientes da dotação orçamentária: 02.05 - Secretaria de Educação. 1236818802.230 – Manutenção da Educação Básica; 33903000 – Material de Consumo.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

O Serviço de que trata a **CLÁUSULA PRIMEIRA** deste contrato, será realizado pela **CONTRATADA**, em estrita conformidade com o Termo de Referência (Anexo I), e aprovada pelo **CONTRATANTE**, a qual juntamente com o Convite n.º. 010/2019 e seus anexos, integram este instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

A **CONTRATANTE** pagará em até 03 (três) parcelas sucessivas a **CONTRATADA**, através de ordem bancária, de acordo com a efetiva execução do contrato, após atesto das Notas Fiscais por servidor designado para tal fim, estrita conformidade com as Especificações e Proposta de preços pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

Os valores pactuados neste contrato, serão **i r r e a j u s t á v e i s**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LIAME EMPREGATÍCIO

Por sua natureza jurídica, o presente contrato não configura nenhum vínculo empregatício entre as partes contratantes, assumindo a **CONTRATADA**, todos os Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do seu objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com base no que preceitua a Lei 8.666, de 21.06.93, com suas alterações posteriores e, supletivamente nas disposições de Direito Privado aplicável à espécie.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

A inadimplência total ou parcial de quaisquer cláusulas ou condições deste instrumento, sujeitará a **CONTRATADA**, às penalidades previstas na Lei n.º 8.666, de 21.06.93, e suas alterações e legislação pertinente em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Rescinde-se este contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

I – A lentidão do seu cumprimento, levando a **CONTRATANTE**, a comprovar a impossibilidade da conclusão da execução do contrato, no prazo estipulado na proposta;

II – O atraso injustificado da **CONTRATADA**, na execução do contrato;

III – Subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto deste contrato, sem a prévia autorização legal da **CONTRATANTE**;

IV - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado, impeditivo do cumprimento das obrigações assumidas;

V - Dissolução da sociedade da **CONTRATADA**;

VI - A insolvência da **CONTRATADA**, caracterizada pelo protesto de títulos ou pela emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos.

PARÁGRAFO ÚNICO – Exceto no caso previsto no inciso V e VI a rescisão do contrato, acarretará à **CONTRATADA**, além das penalidades cabíveis, as seguintes consequências:

a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

b) responsabilidade civil por eventuais prejuízos causados a **CONTRATANTE**;

c) retenção dos créditos porventura existentes até a apuração e o ressarcimento de seus débitos para com a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MULTA CONTRATUAL

O atraso injustificado na execução parcial ou total do cumprimento do presente edital, sujeitará a licitante contratada à multa igual a 0,4 % (quatro décimos por cento), do valor correspondente a parcela da execução ajustada, por dia que excedeu o prazo estabelecido, até o máximo de 10 % (dez por cento), independente das demais sanções dos arts., 86 e 87, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DOS ADITIVOS

A vigência do presente contrato será contado a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2019, pelas partes contratantes.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato poderá ser alterado, através de Termo Aditivo, a critério da Administração, respeitados os limites estabelecidos no art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes contratantes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Tamandaré, Estado de Pernambuco, renunciando desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que venha a ser, para dirimir todas as questões oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma para um só efeito legal, juntamente com 02 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

Tamandaré (PE), ... de de 2019.

Maria da Conceição Cavalcanti
Secretária de Educação
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- _____
CPF/MF

2- _____
CPF/MF

ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE
(MODELO)**

Ref.: Processo Licitatório nº 041/2019 – Convite nº 010/2019

....., inscrita no
C.N.P.J nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr
(a), portador (a) da carteira de
Identidade nº e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de
junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e inciso XXXIII
do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

....., dede.....

.....
(Representante legal)

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE DECLARAR A EXISTÊNCIA DE FATO
SUPERVENIENTE
(MODELO)**

....., cujo C.N.P.J

(Nome da empresa)

....., sediada na

declara, sob as penas da Lei, que se obriga a declarar a existência de fato superveniente imperativo da habilitação no processo licitatório do Convite 010/2019, se isso ocorrer.

Outrossim, **declara** que:

- a) Até a presente data, não existem fatos impeditivos para a sua habilitação.
- b) Todos os documentos que compõem o referido Convite foram colocados à disposição da licitante.
- c) Tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para a realização do objeto da presente licitação.
- d) Não se encontra inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.
- e) Está ciente de que fica sujeita à desclassificação por motivo superveniente relacionado com a habilitação, conforme dispõem o art. 43, § 5º e o art. 32, § 2º da Lei nº 8.666/93.

..... de de.....

.....

(Representante legal)